

O ALUNO SURDO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Ana Gabriele Reis de Gois/ Ufac¹

Fhayamma da Costa Acosta /Ufac²

Ademárcia Lopes de Oliveira Costa /Ufac³

Eixo Temático 4: Atendimento Educacional Especializado

RESUMO

Faz-se importante compreendermos a importância do movimento inclusivo para a Educação Especial e para seu público alvo, dentre eles, o aluno surdo. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar como acontece o Atendimento Educacional Especializado – AEE para o aluno surdo na Sala de Recursos multifuncionais – SRM em uma escola de rede pública estadual na cidade de Rio Branco – Acre. Adotou-se uma metodologia qualitativa, de natureza aplicada quanto aos objetivos, descritiva-exploratória, quanto aos procedimentos, bibliográfica e de campo, através da entrevista semiestruturada com uma docente da SRM. Os resultados revelam que o papel do AEE é detectar e utilizar meios que facilitem o desempenho de todos os alunos que são atendidos na sala de recursos multifuncionais. Os resultados apontam ainda que as principais dificuldades existentes na SRM para atuar com o aluno surdo são as metodologias para trabalhar a Língua Portuguesa como segunda língua, pois as metodologias e estratégias adotadas são desafiadoras e laboriosas. Além disso há dificuldades na execução do trabalho por conta da ausência de recursos e apoio vindo do Estado. Outras dificuldades residem na relação restrita entre professores da sala comum e professores do AEE e na ausência do comprometimento da família. Ressalta-se que, apesar das dificuldades enfrentadas no atendimento educacional especializado, busca-se trabalhar as dificuldades e diferenças, respeitando a diversidade, possibilitando o desenvolvimento dos alunos surdos de forma individual e coletiva, proporcionando-lhes ensino e aprendizado. Conclui-se que o AEE na SRM ainda enfrenta muitas barreiras, mas se busca superá-las com o foco no aluno e em suas possibilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva. Surdo.

¹ Acadêmica do 7º Período do Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Acre/Ufac. anagabrielegois@gmail.com.

² Acadêmica do 7º Período do Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Acre/Ufac. fhayamma.ac@gmail.com.

³ Professora Doutora na Universidade Federal do Acre/UFAC. ademarciacosta@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O aluno surdo por muito tempo foi esquecido pelo sistema escolar e até mesmo pela literatura especializada. Um dos fatores que contribuiu para esse cenário caótico em relação aos surdos deu-se após o Congresso de Milão, na Itália, em 1880. A partir das decisões tomadas neste congresso se passou a vigorar o *oralismo*, sendo o único meio reconhecido e aceito como canal comunicativo para as pessoas surdas. As escolas que tinham um trabalho voltado para os surdos foram fechadas, e a língua de sinais proibida durante cem anos. Com isso, durante esse período ocorreu uma alarmante evasão escolar do povo surdo, evidenciando que essa pedagogia de ensino não funcionou, sendo um total fracasso para a comunidade surda. (STROBEL, 2009).

Vale ressaltar que nos últimos anos com as políticas nacionais voltadas para a inclusão de todos o aluno surdo se tornou protagonista dentro da rede de ensino, uma vez que a educação inclusiva surgiu com a proposta de incluir *todos* no ensino regular, ofertando uma educação especializada de maneira justa e qualificada, tendo como público alvo as minorias marginalizadas. Segundo Mantoan (2003, p. 30) a inclusão proporciona para muitos alunos um espaço de conhecimento, que ultrapassa as camadas escolares e reflete nos espaços sociais, possibilitando a construção de cidadãos, com identidades socioculturais, proporcionando oportunidades de uma vida digna. Assim, a inclusão escolar é ponte essencial para a inclusão social, sabendo que a escola é uma fonte inesgotável de transformação pessoal e coletiva.

Nesse contexto, se insere o presente estudo com o seguinte problema de pesquisa, como acontece o Atendimento Educacional Especializado para o aluno surdo dentro da Sala de Recursos Multifuncionais?

Para o desenvolvimento do problema elaboramos como objetivo geral: analisar o Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos na Sala de Recursos Multifuncionais.

Refletir sobre essa temática pode nos possibilitar compreender além do que está posto na legislação e na literatura especializada, pois ouvir quem lida diretamente com o assunto contribui para ampliação de nosso conhecimento e oportuniza voz para quem melhor entende do assunto: neste caso, a docente do AEE. Algo que justifica a importância desta pesquisa.

A metodologia para o desenvolvimento desse estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, quanto aos objetivos, descritiva-exploratória e quanto aos procedimentos, bibliográfica e de campo com o auxílio da entrevista semiestruturada.

Para fundamentar essa pesquisa recorreremos a alguns autores como: Camargo; Gomes e Silveira (2016), Capovilla (2000) Decreto Nº 7.611 (2011), Gil (2018), Goés (2007) Gomes, Poulin e Figueiredo (2010), Instrução Normativa Nº. 001/2018 (ACRE, 2018), Lakatos (2011), Mantoan (2003), Mendes (2010), Perlin e Strobel (2006; 2008), Quadros (1997), Oliveira (2015) Oliveira (2018), Sanches (2005), Severino (2007) e Strobel (2009).

Esse estudo está organizado em cinco partes, primeiramente a introdução, ora apresentada contendo tema, problema, objetivo geral e metodologia. Em seguida, o referencial teórico com os principais conceitos sobre educação especial, educação inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado e a educação para os sujeitos surdos. Além disso, apresentamos a metodologia, contendo os principais passos para o desenvolvimento do estudo, os resultados e as discussões com a análise da entrevista feita com a professora do AEE. Por fim, as considerações finais.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O ALUNO SURDO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) nasceu no seio da educação especial como uma política pública na perspectiva inclusiva para normatizar o atendimento ao aluno público alvo da Educação Especial. É relevante acentuarmos que a história de pessoas que tinham alguma deficiência era “construída de maus-tratos, superstições, exclusões e de atitudes segregadoras” (FIGUEIREDO, 2010, p. 25 apud CAMARGO; GOMES;

SILVEIRA 2016, p. 18), pois estas pessoas eram vistas como incapazes de realizar qualquer atividade social, principalmente, o acesso à escola. Esse pensamento perdurou durante um longo período, desde a Idade Antiga à Idade Moderna, porém com o passar do tempo isso foi se modificando e hoje o que se defende é uma educação para todos.

O que tem contribuído para que essa reflexão seja efetivada na prática, dá-se a partir dos movimentos nacionais e internacionais, advindos sobretudo da década de 1990.

Em meio as alterações e mudanças pelas quais a educação brasileira foi passando, localizamos aquela voltada especificamente aos alunos público alvo da educação especial: o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Mendes (2010) esclarece que o AEE teve forte apoio e influência por meio da Constituição Federal Brasileira de 1988 ao tratar e apoiar assuntos pertinentes a educação especial, que, atualmente busca efetivar e garantir ações voltadas para o ensino e aprendizagem do seu público-alvo por meio do AEE, ofertando educação de qualidade, fortalecendo-se ainda mais em uma perspectiva inclusiva. Algo instituído no Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivada de acordo com as seguintes diretrizes: I – garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; [...] Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (p. 01).

Este atendimento é um dos meios fundamentais para garantir a inclusão de alunos com deficiência, entendendo, também, que: “O AEE constitui hoje uma referência no atendimento às necessidades específicas dos alunos, além de se estabelecer dentro da escola como um marco de suporte e apoio ao aluno, ao professor e a sua família, de modo integrado aos demais sujeitos e espaços escolares” (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 21).

Para que esse atendimento ocorra de maneira satisfatória, a SRM requer também profissionais capacitados para atender a demanda de alunos que precisam de um atendimento diferenciado. Uma forte particularidade do professor atuante nesse espaço é marcada pelo seu papel desenvolvido intrinsecamente com o aluno que necessita desse atendimento, em que sua função é “desenvolver estratégias de intervenção e de atuação pedagógica que permitam ao aluno o acesso ao currículo, bem como sua interação no grupo da escola e da sala de aula” (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 22). É responsabilidade, também, do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, implementar e garantir este serviço, em todos os níveis e modalidades de ensino, sabendo que:

O Atendimento Educacional Especializado visa complementar e desenvolver a autonomia do aluno dentro da escola e fora dela, organizando e promovendo situações que favoreçam o seu desenvolvimento, com a estimulação dos mecanismos do desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem intermediados pelo uso de materiais didáticos e pedagógicos que atendam às necessidades específicas desses alunos (CAMARGO, GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 22).

Esse atendimento tem a finalidade de estimular o desenvolvimento do aluno com deficiência, promovendo e ofertando recursos necessários para a construção dessa proposta especial, e para esta finalidade é essencial que o docente responsável pelo AEE cumpra esta incumbência “propor atividades que permitam eliminar barreiras na aprendizagem e otimizar a aprendizagem dos alunos e sua inclusão no ensino regular” (GOMES, POULIN, FIGUEIREDO, p. 15, 2010). Este serviço acontece na SRM, sendo esta sala apropriada para a efetivação desse atendimento, segundo Camargo, Gomes e Silveira (2016):

As salas de Recursos Multifuncionais são espaços físicos localizados nas escolas públicas de educação básica; nelas se realiza o Atendimento Educacional Especializado. Esse atendimento é feito por um professor especializado, que tenha como base da sua formação à atuação para a docência e ainda formação específica na área da educação especial, com competências para o atendimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem acentuadas decorrentes de algum tipo de deficiência (auditiva, visual, motora, intelectual), de transtornos do espectro autista ou de altas habilidades ou superdotação (p. 23).

O professor do AEE tem papel crucial para a realização deste trabalho, sendo responsável por:

Propor situações que contribuam para a aprendizagem de conceitos e ações vivenciais que possibilitem a esse aluno organizar seus pensamentos fundamentando seu atendimento em situações-problema, exigindo do aluno o uso do raciocínio para sua resolução. Além disso, compete ao professor do AEE produzir materiais didáticos e pedagógicos, utilizados como ferramentas de interação escolar social ajudando o aluno a atuar no ambiente da escola e fora dela (CAMARGO, GOMES; SILVEIRA, 2010, p. 23).

Dessa maneira, este atendimento especial vem possibilitando uma inclusão de qualidade e a oferta de uma educação especial que visa o desenvolvimento escolar do aluno. Em conformidade, o aluno surdo vem sendo participante ativo desse atendimento, sendo parte crucial da educação especial, “no caso dos alunos com deficiência auditiva ou com surdez, o atendimento educacional especializado deve ser realizado sob a mediação da Língua Brasileira de Sinais – Libras, sendo a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita sua segunda língua” (p. 22). Pois, se sabe que nem sempre foi assim, a educação de surdos tem uma trajetória de lutas, derrotas e vitórias e a inclusão hoje, é parte contribuinte para a oferta de um ensino de qualidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo aborda o Atendimento Educacional Especializado para o aluno surdo na Sala de Recursos Multifuncionais, em uma escola de rede pública estadual, na cidade de Rio Branco – Acre.

Este estudo trata de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada quanto aos objetivos, descritiva-exploratória e quanto aos procedimentos, bibliográfica e de campo, através da entrevista semiestruturada com uma professora da Sala de Recursos Multifuncionais.

Desse modo, o estudo teve como lócus a sala de recursos multifuncionais do AEE com a participação de uma docente graduada em

licenciatura em Ciências Biológicas, especialista em Educação Especial Inclusiva, dentre diversos cursos na área da educação especial inclusiva, como: curso de intérprete pelo Centro de Apoio ao Surdo - CAS estadual, braile, soroban, altas habilidades, dentre outros que visa o público-alvo da sala de recursos. Atuando há 4 anos na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), trabalhando nos dois horários (manhã e tarde) intercalados, conforme o cronograma feito pela docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O atendimento educacional especializado é “compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” (BRASIL, 2011), ou seja, o papel do AEE é detectar e utilizar meios que facilitem o desempenho de todos os alunos público alvo da Educação Especial que são atendidos na sala de recursos multifuncionais.

No entanto, há barreiras que interferem nesse atendimento como a falta de infraestrutura adequada, a ausência da relação entre professor da sala regular e o do AEE, a falta de recursos, o desinteresse dos pais, dentre outros.

Quando a participante foi questionada sobre a principal função do AEE, a mesma respondeu que recentemente saiu uma normativa no Estado do Acre na qual explica de maneira descritiva quais as funções do professor da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), e qual o principal papel do profissional do AEE, onde uma das principais incumbências é auxiliar o aluno (público-alvo) em suas dificuldades de aprendizagem.

Em conformidade, a legislação a qual a participante se refere é a Instrução Normativa Nº. 001 de 30 de janeiro de 2018, que “regulamenta diretrizes pedagógicas e administrativas sobre o atendimento educacional especializado, no âmbito da educação básica no Estado do Acre” (ACRE, 2018, p. 1). A Normativa trata da necessidade do aperfeiçoamento de qualidade e a instrução para profissionais da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), descreve minuciosamente como deve ser executada as tarefas dentro

da SRM. Aborda ainda, que o AEE objetiva atender alunos com as mais diversas deficiências ou eficiências, subsidiando a promoção no desenvolvimento do aluno público alvo desse atendimento.

Assim, o AEE possibilita, formar estratégias de ensino, fornecendo oportunidades para que todos tenham acesso a um ensino de qualidade. Brasil (2014) descreve que:

[...] o atendimento educacional especializado visa promover acessibilidade, atendendo as necessidades educacionais específicas dos estudantes público-alvo da educação especial, devendo a sua oferta constar no projeto Político pedagógico da escola, em todas as etapas e modalidades da educação básica, a fim de que possa se efetivar o direito destes estudantes à educação (p. 3).

Com base nisso, é destacado o papel crucial do atendimento educacional especializado para a educação, a fim de beneficiar os discentes lhes garantindo um ensino de qualidade.

A participante citou ainda que o AEE atua nos contraturnos, ou melhor, alunos que estudam no turno matutino tem atendimento pela tarde, e alunos que estudam no turno vespertino, são atendidos pela manhã, sendo o atendimento de 1h à 3h por semana, e para que isto ocorra de maneira satisfatória é feito um cronograma para organizar os dias e horários. Sobre isso, Camargo; Gomes; Silveira (2016) ressaltam que os turnos de atendimento não podem ser compatíveis com os horários de aula da sala comum, pois uma das funções primordiais do AEE é para complementar ou suplementar o ensino oferecido dentro das salas regulares e não os substituir.

Observando o que diz a Instrução Normativa Nº. 001/2018, em seu Art. 1º, sobre esse assunto, destacamos:

XI – Cronograma de Atendimento: é um registro organizado pelo professor do AEE com os dias e horários de atendimento de cada estudante. A duração desse atendimento dependerá da necessidade individual do sujeito variando entre uma a duas horas e meia, estabelecidas em no mínimo dois dias da semana. Assim sendo, cada estudante terá uma duração de atendimento que garante sua participação e aprendizagem nas atividades escolares. Recomenda-se a exposição do cronograma na sala de recursos multifuncionais e a entrega de uma cópia para a coordenação pedagógica da escola (ACRE, 2018, p. 4).

A participante desse estudo explicou ainda que esses encontros/atendimentos podem ser realizados em grupo ou individual, ocorrendo de acordo com a deficiência ou eficiência (no caso das altas habilidades) do aluno, conforme consta no Art. 6º, inciso III, “Realizar o atendimento educacional especializado (individual ou em pequenos grupos), de acordo com o cronograma divulgado junto à equipe pedagógica e à família, objetivando a complementação e/ou suplementação do currículo” (ACRE, 2018, p. 6).

Ademais, quando indagada sobre o docente da sala regular procurar o AEE em busca de orientações ou metodologias adaptadas para alunos surdos, a participante informou que há um nível baixíssimo dessa procura e entende que este é um trabalho da coordenação pedagógica, por ser este o setor responsável para fornecer essas informações. A participante acrescentou ainda que quando solicitada no AEE, prontamente os ajuda. Conforme Camargo, Gomes e Silveira (2016) descrevem, faz parte da incumbência do professor de AEE estar preparado para auxiliar os docentes do ensino regular e a instituição quando necessários. Para destacar esta atribuição do AEE, recorreremos a Normativa 001/2018, em seu Art. 2º, que menciona que faz parte da responsabilidade do AEE: “VI – promover a articulação entre os professores do ensino comum e os profissionais da educação especial, realizando um trabalho interdisciplinar e colaborativo, em momentos de planejamento e/ou durante os momentos de aula” (ACRE, 2018, p. 5).

Em sequência, quando questionamos sobre como ocorre o atendimento na sala de recursos multifuncionais para o aluno com surdez, e qual a quantidade de alunos surdos atendidos na sala, a docente relatou que atende cinco alunos e que não há tantas dificuldades, uma vez que têm intérpretes que possibilitam um excelente canal comunicativo e interpretativo e que esses profissionais trabalham fazendo uso de imagens, embora reconheça a dificuldade que seus alunos surdos têm com a Língua Portuguesa.

No que condiz a função do intérprete Lacerda (2000 apud GÓES, 2007) afirma que, embora a função do intérprete seja essencial para o aprendizado

do aluno é importante a forma como ele irá executar seu papel, pois corre-se o risco de a função do intérprete ser distorcida e este profissional assumir erroneamente o papel de docente. Oliveira (2015) expõe ainda que a atuação do intérprete mesmo que traga benefícios, não garante que o aluno usufrua de uma educação de qualidade e que faça o aluno realmente se sentir incluído, pois é necessária uma transformação escolar em diversos setores, além da mudança de pensamento de diversos profissionais que atuam com alunos surdos.

Quando interrogada sobre as metodologias usadas para o atendimento de surdos, a professora do AEE informou que a SRM busca trabalhar a necessidade individual de cada aluno. Para a docente, se tratando do aluno surdo, a maior dificuldade encontrada é o aprendizado do Português por esse aluno.

Para Quadros (1997) a língua materna dos surdos brasileiros é a Língua Brasileira de Sinais – Libras – que se distingue da estrutura do Português. Para a autora, este fator acaba gerando, muitas vezes, entraves comunicacionais na sala comum de ensino. Isso acontece porque, segundo Oliveira (2018) muitos professores não sabem a Libras e muitos surdos são oriundos de famílias ouvintes que também desconhecem a língua e acabam tendo pouca comunicação com seus filhos surdos, gerando o que Capovilla (2000) chama de hemi-língues que seria quando o surdo não possui conhecimento de sua língua, isso culmina em atraso linguístico e mais responsabilidade. Nesse cenário, a SRM que terá a obrigação de ensinar este aluno surdo a Libras como língua de instrução e o Português como segunda língua.

Como forma de combate a dificuldade acima mencionada, de acordo com a participante, a Secretaria Estadual de Educação do Acre oferece formação continuada para profissionais da área, na qual visam preparar o docente com a oferta do Português como segunda língua. Conforme ressalta a Instrução Normativa N^o. 001 (2018), Art. 7^o, inciso IV – “a) Promover o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos das escolas da rede estadual de ensino”.

A participante acrescentou, ainda, que em termos de estratégia de ensino, faz uso de textos contextualizados, após várias atividades com conteúdo gramatical, ou como trabalhar um verbo no texto estudado, um substantivo, advérbio, dentre outros. Para finalizar, os alunos dissertam o que entenderam sobre o texto exposto. A participante justifica para isso, o fato de que se usa muitos textos na prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, portanto, os alunos surdos precisam ter contato com esse tipo de texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento da Inclusão escolar é a garantia da oferta de educação para todos no ensino regular. Nessa perspectiva, a escola torna-se acolhedora e inclusiva, valorizando não as ausências dos alunos, mas suas possibilidades.

Nesse entendimento, faz-se importante compreendermos a importância do movimento inclusivo para a Educação Especial e para seu público alvo, dentre eles, o aluno surdo. Assim, o Atendimento Educacional Especializado, complementa e desenvolve a aprendizagem e a autonomia dos alunos, contribuindo para seu progresso, ensinando com recursos apropriados, voltados às suas necessidades específicas.

Esse estudo apontou que as principais dificuldades que a professora do AEE enfrenta no cotidiano da SRM com o aluno surdo diz respeito a exercer as práticas pedagógicas com poucos recursos. Além disso, verificou-se também que a relação entre os professores da sala comum e a professora da SRM é restrita. Isto posto, averiguou-se que os pais/responsáveis desses alunos não têm procurado o AEE para saber mais sobre o desenvolvimento, rendimento dos alunos surdos, o que acarreta em uma situação complicada, pois sabe-se que é relevante para a aprendizagem desses alunos a aliança entre família e escola.

Os resultados do estudo revelam ainda que as metodologias e estratégias adotadas pela professora do AEE para alunos surdos são desafiadoras e laboriosas, pois como já citado, há dificuldades na execução do trabalho por conta da ausência de recursos e apoio vindo do Estado.

Outras dificuldades foram elencadas como: trabalhar a Língua Portuguesa como segunda língua com o surdo, a falta de recursos para a execução do trabalho. Notamos ainda que a relação da professora do AEE com os demais docentes da escola, é extremamente restrita, uma vez que são poucos os professores da sala comum que procuram ajuda ou informação sobre métodos de ensino adaptados, uma vez que ocorre somente um planejamento por mês, o qual é cedido e organizado pela coordenação pedagógica. No que diz respeito a relação do professor de AEE e a família dos alunos, a participante explicou que não tem uma relação concreta, devido as ausências por parte dos alunos, pois os pais ou responsáveis não levam seus filhos com frequência para o AEE.

Portanto, o Atendimento Educacional Especializado é um poderoso meio com o qual a educação especial na perspectiva inclusiva auxilia o desenvolvimento eficaz do ensino e aprendizagem de alunos surdos. Porém, para que ocorra esse atendimento, é relevante o apoio do Estado, do sistema escolar em garantir escolas inclusivas e dedicadas a educação de todos. Para um rendimento do aluno surdo na SRM também é importante a relação e procura de professores da sala comum/regular com professores do AEE, para que juntos trabalhem mecanismos metodológicos. Além disso, faz-se importante o elo entre família e escola para um trabalho conjunto em parceria viabilizando o progresso do aluno em questão. Destarte, evidencia-se que a garantia da inclusão por meio do AEE é um dos meios de assegurar acessibilidade e direito para todos.

REFERÊNCIAS

ACRE, Secretaria de Estado de Educação e Esporte. **Instrução Normativa nº 001 de 30 de janeiro de 2018. Regulamentada diretrizes pedagógicas e administrativas sobre o Atendimento Educacional Especializado, no âmbito da Educação Básica no Estado do Acre.** Rio Branco, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Brasília: MEC/SEESP, 2005. Brasília: MEC/SEESP, 2011.

BRASIL. **Decreto nº . 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de**

Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 nov. 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **NOTA TÉCNICA Nº 04/2014/MEC/SECAD/DPEE.** Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação no Censo Escolar. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, 2014.

CAMARGO, A. M. F.; GOMES, R.V.B; SILVEIRA, S.M. Dialogando sobre a política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. In: GOMES, R.V.B; SILVEIRA, S. M.; FIGUEIREDO, M. R. V. (Orgs.). **Políticas de inclusão e estratégias pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado.** Fortaleza: UFCE, Brasília: M&C, 2016.

CAPOVILLA, Ferdinando C. **Filosofias Educacionais e relação ao surdo:** do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 6, nº 1, 2000, p. 99-116.

GOMES, R. V. B.; FIGUEIREDO, Rita Vieira de; GOMES, Adriana Leite Limaverde; POULIN, Jean-Robert. **O atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência mental.** *Inclusão: Revista de Educação Especial*, Brasília (DF), v. 5, n. 1, p. 40-45, jan./jul. 2010.

GIL, A. C. 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. – 6. Ed. – [2. Reimpr.]. – São Paulo : Atlas, 2018.

GOÉS, Maria Cecília Rafael de. Desafios de alunos especiais: a escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa, In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A.L.F. (orgs.) **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva.** 3ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 5. Ed. – 5. Reimpr. – São Paulo : Atlas, 2011.

MANTOAN, M. É. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. **Breve histórico da educação especial no Brasil.** In: *Revista Educación y Pedagogía*. Vol. 22, núm. 57, mayo – agosto, 2010.

SANCHES, P. A.. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **Revista da Educação Especial.** MEC/SEESP. Brasília, 2005.

OLIVEIRA, Hilkie Cibelle da Cruz. **A língua brasileira de sinais na educação dos surdos.** 2018. 80 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO

SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

OLIVEIRA, Rosely Lucas de. **A educação dos surdos: avanços e desafios**. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015.

PERLIN, G. T. T.; STROBEL, K. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. Rev. e atual. – São Paulo : Cortez, 2007.

STROBEL, K. L.; PERLIN, G. **Fundamentos da educação de surdos**. UFSC – Licenciatura em Letras/ Língua Brasileira de Sinais, 2008.